



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
2<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 6<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 65<sup>a</sup>  
(SEXAGÉSIMA QUINTA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 14 DE AGOSTO DE 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicita a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 64<sup>a</sup> Sessão Ordinária.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) — O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	2

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, pergunto a V.Exa. se posso falar no final dos Comunicados de Líderes. Estou aguardando um documento que vou usar na minha fala nesse período. V.Exa. pode passar outro Parlamentar na minha frente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Certo, Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure, que falará como Líder do Governo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de uma rápida comunicação. Todos estão acompanhando... O Deputado Chico Vigilante fez uma manifestação recente aqui sobre a liberação do edital de licitação do sistema de transporte, especificamente de três mil unidades de ônibus para cinco bacias, a fim de atender ao sistema de transporte do Distrito Federal. Esse projeto está acoplado a um projeto maior que já debatemos nesta Casa. Mas quero aqui cumprimentar a postura do Governador, do Vice-Governador, de dar um tratamento exaustivo às arguições levantadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Naturalmente, todos nós que temos grande ansiedade de ver o sistema de transporte melhorar no Distrito Federal nos sentimos profundamente incomodados com a demora do Tribunal de Contas, que é uma casa que tem influência sobre o processo dos editais de licitação e também sobre seu próprio resultado. Então, nesse sentido, com relação ao Tribunal de Contas, ainda que possa ter causado essa inquietação nos gestores do Poder Executivo, particularmente nos da Secretaria de Transporte, eu não poderia deixar aqui de reconhecer a sua contribuição e o seu papel nesse processo.

Eu gostaria também de deixar registrado que Brasília está, de fato, merecendo um novo sistema de transporte. Esse quadro de um sistema de cartel como o que nós temos, tanto para administrar a qualidade do serviço, que é extremamente precária, como para administrar as altas tarifas, impõe à população um desserviço e um quadro de profunda insatisfação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	3

O Governo do Distrito Federal tomou uma postura importante que foi contemplar tanto o sistema de transporte que vai fazer parte de Planaltina, Sobradinho para o Plano Piloto, como uma outra proposta em que boa parte do projeto está sendo financiada pelo BNDES. Esse projeto não tinha sido contemplado no financiamento do Governo Federal, mas ele próprio recomendou ao BNDES, que por sua vez acolheu a recomendação do Governo Federal, no sentido de dar guarda e apoio. Agora, eu deixo o registro aqui no sentido de que essa instituição, que tem um papel de acompanhamento, possa, de fato, estar traduzindo o anseio da nossa população da maneira mais célere possível.

Sr. Presidente, quero trazer aqui também uma menção à visita que nós fizemos à escola de ensino especial da cidade de Planaltina. Eu gostaria que cada Parlamentar, na sua trajetória semanal, Deputado Rôney Nemer, pudesse visitar uma escola. Naturalmente, todos têm uma agenda. A prioridade da agenda é definida pelo Deputado, mas é extremamente relevante um Deputado priorizar uma visita a escolas e hospitais.

Eu quero, inclusive, cumprimentar a Deputada Celina Leão, que esteve no Hospital do Gama, parece-me que no dia de ontem. Eu creio que isso fortalece o mandato, fortalece o papel desta Casa e deixa essas unidades numa situação um tanto quanto valorizada e reconhecida. Eu parabenizo a Deputada Celina Leão, que fez isso em nome da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de registrar que a gestão dessa escola me deixou profundamente comovido. Um professor que se dispõe a recolher do lixo uma porta, recuperá-la e colocá-la em funcionamento é digno de respeito e também digno de chamar a atenção do Estado para que crie as condições de infraestrutura para atender as nossas escolas.

Eu pude perceber, Sr. Presidente, que nessa escola a própria comunidade viabilizou a piscina para o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais. A escola está esperando com grande ansiedade a cobertura da quadra.

Sr. Presidente, o próprio professor de educação física é portador de sucessivos cânceres de pele. Eu fiquei estarrecido, Deputado Chico Vigilante. O professor não quer deixar a quadra porque tem um compromisso com a escola, tem um compromisso com a comunidade. Ele poderia já estar aposentado. Ele levantou a camisa, mostrou as sequelas e as várias lesões que existem nos braços em função da incidência de raios solares.

Portanto, Sr. Presidente, é uma escola... Eu não quero trazer essas especificações como uma forma de expor as pessoas, mas eu as trago como demonstração de uma comunidade escolar, seja de alunos, pais, professores, auxiliares, que no sábado fez uma feijoada para homenagear os pais. Lá estavam



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	4

estudantes, pais, professores e servidores daquela casa servindo uma feijoada a fim de coletar apoio para a compra desse ou daquele projeto.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria que tivéssemos um mínimo de consideração por essas escolas, para que elas possam servir... Diga-se de passagem, Deputado Dr. Michel, Deputado Olair Francisco, as escolas particulares não têm interesse nos centros de ensino especial, não têm interesse em ter alunos especiais, porque alunos especiais dão, sim, trabalho. É verdade. É necessário, muitas vezes, um professor para dois ou três alunos. Por isso, as escolas particulares não têm esse tipo de interesse. Quem tem esse interesse é o Estado. Quem tem esse interesse é o Poder Legislativo. Quem tem esse interesse são aqueles Parlamentares que vislumbram uma forma de valorizá-los, colocando emendas no orçamento, visitando-os, assistindo-lhes, dando uma palavra de incentivo aos professores, aos pais.

Por incrível que pareça, Deputado Rôney Nemer, V.Exa. que é do esporte, atleta do basquete, essa escola tem um time de basquete paraolímpico, detentor, Deputado Olair Francisco, de diversas premiações internacionais. Tive, inclusive, a oportunidade de assistir ao treino, na escola, no sábado à tarde.

Portanto, Sr. Presidente, eu trago o clamor dessa escola, para que seja ouvida, assistida, visitada pelos pares desta Casa. O Centro de Ensino Especial de Planaltina fica ao lado da rodovária. Nós temos Deputados como o Deputado Aylton Gomes, como o Deputado Cláudio Abrantes, que são Deputados pela cidade. Mas, com certeza, outros Deputados que visitam aquela comunidade sabem que ela é merecedora da nossa atenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço esta questão de ordem porque, no nosso último dia de sessão, construiu-se um acordo aqui em relação aos conselhos tutelares, e os conselheiros, mais uma vez, estão aqui no Parlamento para discutir matérias que haviam sido acordadas.

Não sei qual o procedimento que a Câmara deve adotar; não sei se os conselheiros estão querendo quebrar o acordo ou se o Executivo quebrou esse acordo e não sei em que dificuldade nós nos encontramos. Mas entendo que acordo tem de ser cumprido. Faço, portanto, esta questão de ordem, a fim de que o senhor, que estava à frente dessa questão dos conselheiros, possa nos dar orientações para conversar e resolver essa questão.

Era essa a minha questão de ordem, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	5

**PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL)** – Deputado Olair Francisco, V.Exa., como sempre, fazendo as questões de ordem pertinentes a esta Casa.

Estávamos, agora, na reunião de Líderes. Dizem que toda unanimidade é burra, mas a unanimidade naquela reunião foi muito proficiente e muito inteligente. Inclusive, os Parlamentares que eram a favor da prova, por um acordo firmado nesta Casa, hoje são contra ela. Ficou decidido lá que o Deputado Chico Leite vai presidir uma comissão para, com a ajuda de alguns servidores desta Câmara, fazer um decreto-lei ou alguma coisa que o valha, a fim de tentar resolver esse problema o mais rápido possível. Realmente, acordo deve ser cumprido, e aqui ficou acordado que não haverá prova para conselheiro.

Esta Casa fará valer a vontade do povo, porque somos representantes desse povo. Aqueles Parlamentares que, naquele dia, estavam a favor da prova hoje são a favor de que o acordo firmado aqui seja cumprido.

Na reunião de Líderes feita hoje, ficamos de achar uma fórmula para resolver o problema o mais rápido possível. Até porque isso está trazendo um desgaste danado! Já estão dizendo que queremos tirar as atribuições do CDCA, que estamos querendo perseguir o CDCA. Não há isso! Não somos contra o CDCA. Ao contrário, somos a favor dele. O único problema é a questão da prova para o conselho tutelar. Nós, aqui, acordamos que não haverá provas para conselheiro tutelar. Só isso e mais nada. Está-se chegando a um denominador comum. Houve um equívoco diante daquela votação atropelada, naquela madrugada, e ficou outra lei ou outra resolução, em que o CDCA poderia decidir pela prova. Ele, então, com essa autorização, decidiu que deveria haver a prova para o conselho tutelar, mas esta Casa, nós, que somos representantes do povo, decidimos que não haveria essa prova. Estamos aplicando o que foi sugerido pelo Deputado Chico Leite, no comando dos outros 23 Deputados, e não vai haver prova para conselheiro tutelar.

Essa é a vontade do povo, que nós representamos. Nenhum Deputado está aqui – não tenho procuração dos outros 23, mas isto está acordado – para retirar nenhum tipo de atribuição do CDCA. Não estamos aqui para revogar nada do CDCA, até porque ele é um conselho permanente e necessário para a manutenção e a existência dos outros conselheiros.

Estão fazendo um terrorismo muito grande quanto a essa questão do CDCA. Então, quero dizer ao pessoal do CDCA que não há nada aqui que possa trazer algum tormento a eles. Podem ficar tranquilos!

**DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS** – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

**PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL)** – Concedo a palavra a V.Exa.

**DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS** (PSC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa questão da prova do conselho tutelar, nós lembramos naquele dia, nós a discutimos exaustivamente naquela sala de reuniões.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	6

O CDCA insistia na prova, e fizemos aquele debate acalorado, mas com transparéncia, com altivez, com independência. A maioria dos Deputados – se não me engano, éramos 16, de um total de 21 – se posicionou favoravelmente à exclusão daquela prova.

Agora, o que se discute não é mais haver ou não a prova, mas a vontade desta Casa. Não podemos deixar, de forma nenhuma, que a vontade da população, dos eleitores do Distrito Federal, por intermédio desta Câmara, seja usurpada. V.Exa. está mais do que de parabéns! Ontem, em uma reunião que não tinha nada a ver com isso, na casa do Governador, com quase todos os Deputados – faltavam os Deputados da Oposição –, novamente, V.Exa. se manifestou, defendendo o seu ponto de vista, e o Governador ficou sensibilizado.

Acho que V.Exa., os conselheiros tutelares e os demais Deputados estão de parabéns quanto a essa questão. Não há como essa vontade da prova, que não é a vontade desta Casa, prevalecer.

Era isso o que eu tinha a dizer. Parabenizo V.Exa. pela defesa daquilo que é certo, daquilo que é direito.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – V.Exa., muito proficiente na manifestação, sabe que a defesa não é do Deputado Dr. Michel, mas dos 24 Deputados desta Casa. Mas agora há outro imbróglio. Estão dizendo que nós, Deputados, estamos querendo tirar as prerrogativas e atribuições do CDCA.

Quero deixar o pessoal do CDCA muito tranquilo, mas muito tranquilo mesmo. Não temos nenhuma pretensão de tirar nenhuma prerrogativa do CDCA. A discussão que estamos levantando é a respeito da prova para conselheiro tutelar. É a vontade dos Deputados que representam o povo do Distrito Federal que tem de prevalecer. Só isso e mais nada. O que é acordado não é caro nem barato, é no preço. Temos falado isso aqui. E foi acordado, nesta Casa, que não haverá prova para conselheiro tutelar. Só isso.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. se expressou muito bem, mas os conselheiros estão entendendo que essa dificuldade toda que está acontecendo é por causa do Parlamento. E sabemos que não é. Hoje, a resolução disso depende mais do Executivo.

Faço essa questão de ordem e fico feliz com o encaminhamento de V.Exa., que pode dar a solução definitiva para essa questão.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Nós não podemos deixar de parabenizar também o Deputado Chico Vigilante, apesar de S.Exa. não ter participado do último dia de eleição, por problemas familiares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	7

Parabenizo V.Exa., Deputado Chico Vigilante, que a cada dia me surpreende mais. V.Exa. sempre diz que acordo é para ser cumprido e hoje, na reunião, foi proficiente nessa questão.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aqui ser bastante pragmático com o pessoal tanto do CDCA, quanto do conselho tutelar. Na verdade, o projeto que foi aprovado não foi do jeito que queríamos. Combinamos uma coisa, foi apresentado um substitutivo e, nesse substitutivo, esqueceu-se de retirar o exame. Mas nós votamos. Então, o erro aconteceu nesta Casa. Não adianta disfarçar. Fomos nós que erramos. Desculpemos! Só não erra quem não trabalha. Quem trabalha muitas vezes erra. Erramos! Não é o Executivo.

Agora, nós, por meio da liderança do Deputado Dr. Michel... Foi definida uma comissão de técnicos desta Casa para ver a forma jurídica de reparar esse erro, dentro da legalidade, para que não haja o exame, como foi combinado, e sem retirar as prerrogativas do CDCA. A gente não quer uma guerra entre o CDCA e os conselhos tutelares. Não existe isso. Ao contrário, nós queremos que vocês trabalhem juntos, porque vocês ajudam a cuidar das crianças de toda a sociedade. O trabalho de vocês juntos faz o bem para Brasília. Então, nós não queremos semear essa guerra. Houve um equívoco por parte da Casa e nós agora vamos tentar repará-lo dessa forma.

Ontem, o Deputado Dr. Michel já disse a alguns que falou com o Governador à noite e o Governador foi bem claro: o governo entende que o combinado deve valer, mas como o equívoco aconteceu aqui, deve ser resolvido aqui na Casa, e é isso que nós vamos buscar dentro da legalidade. O Deputado Chico Vigilante até colocou que a gente podia fazer uma supervisão. Nós entendemos, na reunião de líderes, que há técnicos muito capazes nesta Casa que podem, de forma conjunta, trabalhar para que se ache uma solução jurídica correta e que efetivamente seja aprovada nesta Casa, garantindo que não haja o exame ou a prova, como queiram chamar, para o conselheiro tutelar, mas também não interferindo nas atribuições do CDCA.

Ficou claro? É isso. Essa é a realidade. No mais, é a gente trabalhar para que efetivamente essas vontades e essa decisão aconteçam de forma legal.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho acompanhado uma série de matérias, Deputado Rôney Nemer, que está sendo trabalhada de maneira muito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	8

competente pelo jornal *Correio Braziliense*. Essas matérias que devem envergonhar o Brasil e estarrecer todos nós, Deputado Siqueira Campos.

Eu estou falando da descoberta que o *Correio Braziliense* fez de exploração de meninos nos campos, nos times de futebol do Brasil. E não estamos falando de campos de várzea ou de times de várzea, estamos falando de clubes de esporte, de clubes de futebol no Brasil que estão seviciando crianças e adolescentes. É preciso que a Nação se levante. Esses responsáveis por esses clubes têm que ser punidos porque é uma situação efetivamente vergonhosa! Eu fico imaginando essas crianças, esses adolescentes, muitas vezes, Deputado Dr. Michel, vindos de famílias carentes, que imaginam que seus filhos estão em segurança porque estão em treinamento num grande clube, mas estão sendo seviciados por esses verdadeiros mercadores da infância e da adolescência.

Portanto, o *Correio Braziliense* está de parabéns pelas matérias que estão mostrando essa chaga para a Nação. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República já se levanta contra essa prática no Brasil. Creio que a nossa Câmara Legislativa precisa tomar alguma posição. Não tenho dúvidas de que o Governo do Distrito Federal também irá tomar posições com relação a isso, porque é uma vergonha.

O segundo ponto que quero abordar no dia de hoje, Deputado Dr. Michel – V.Exa. que já foi delegado de polícia, e uma vez delegado, sempre delegado –, é uma situação que me preocupa muito: a violência praticada contra as mulheres, especialmente aqui no Distrito Federal. A cada dia, Deputado Siqueira Campos, a gente se depara com notícias de mulheres sendo espancadas pelos seus próprios maridos ou companheiros, de mulheres sendo vitimadas por verdadeiros algozes, porque não dá para chamar de homens; são covardes que estão a espancar, a esfaquear, a atirar nas suas companheiras. Isso é barbárie. Isso é inaceitável! Mulher não é propriedade de homem nenhum! Logo, eles não têm o direito de fazer o que estão fazendo com essas mulheres. O cara contrai o matrimônio e acha que é dono, que é proprietário, que pode estar vitimando e barbarizando as mulheres do jeito que estão. É outro ponto que envergonha a Nação, e todos nós temos de nos voltar contra esse tipo de prática. É inaceitável a covardia praticada por um elemento que ao contrair um matrimônio acha que é dono, proprietário da mulher. Vem dizer que é amor? Quem ama não mata; quem ama não fere; quem ama não espanca. Logo, é preciso que haja o repúdio de todos para que isso não continue acontecendo.

Presidente, Deputado Dr. Michel, já que comecei falando de crianças e sei do trabalho que é feito pelos conselheiros e conselheiras tutelares que, muitas vezes, sem infraestrutura nenhuma, desempenham um verdadeiro sacerdócio na defesa dos adolescentes e das crianças, quero dizer a V.Exa. que, uma vez feito um acordo aqui nesta Casa, iremos ter de encontrar uma maneira de cumprí-lo. (Palmas.) Acordo é para ser cumprido. V.Exa. é Deputado e delegado de polícia, eu sou Deputado e vigilante. Eu só coloco o meu pé até onde dá par ir, eu não dou uma passada maior



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	9

do que o corpo. Portanto, teremos de encontrar uma saída nesta Casa. Parece-me que o imbróglio, o problema que está colocado é a questão da prova. Então, teremos de encontrar uma saída. Mas é importante, também, que trabalhemos para que haja harmonia entre os conselheiros e o CDCA. Não pode um ser inimigo do outro. O CDCA não é dono dos conselheiros e das conselheiras, não é dono! Eles não são propriedade de ninguém. Os conselheiros foram eleitos pelo voto universal e quem é eleito assim merece respeito. Eu, por exemplo, sou Deputado Distrital. Gostem ou não de mim, eu fui eleito pelo povo. Portanto, exijo respeito aonde vou. Assim também são os conselheiros, eles foram eleitos pelo povo e deve haver o respeito.

Esta Casa há de encontrar um jeito de respeitar as conselheiras e os conselheiros. Esse é o meu posicionamento, Deputado Dr. Michel. V.Exa. diz que a cada dia se surpreende positivamente comigo, mas V.Exa. não me conhece direito ainda. Ao longo desses quatro anos, se Deus quiser, V.Exa. se surpreenderá mais ainda, porque sou daqueles que só digo o que posso fazer; o que não dá para fazer, eu digo que não vou fazer e pronto, não sou obrigado. Não tenho meias palavras.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Chico Vigilante, eu só quero parabenizá-lo pela sensibilidade de trazer esse tema do abuso dos meninos nessas escolinhas de futebol pelo Brasil afora, como também por essa defesa que V.Exa. fez da mulher, por ser absolutamente contra qualquer violência contra a mulher, além do posicionamento que vimos que V.Exa. teve, hoje, na reunião de líderes. Eu não estava aqui naquele momento para assinar aquele acordo, digamos assim, feito na última sessão antes do recesso. Mas, honrando aquilo que foi construído por todos os demais Parlamentares desta Casa, V.Exa., hoje, esteve ao lado daquilo que foi acordado, até para que possamos ter sempre aqui na Câmara Legislativa essa confiança de que tudo que tenha sido ajustado vai ser cumprido.

Também falando a cada um dos que estão aqui, sejam do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, sejam conselheiros tutelares: foi tirado esse encaminhamento de uma comissão de técnicos para encontrarmos a melhor solução possível para o caso. Os Parlamentares estão colocando nas mãos de técnicos para que esse componente que poderia ser entendido como político não prevalecesse, mas prevalecesse aquilo que fosse o melhor para a sociedade, o que é nossa obrigação pelo mandato que temos, por essa delegação de que o Deputado Chico Vigilante falou, uma delegação que veio das urnas e que, a todo momento, temos que levar em consideração.

Muito obrigada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorpo ao meu pronunciamento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	10

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Deputado Chico Vigilante, caríssimo Presidente Deputado Dr. Michel, que luta já há algum tempo pela causa dos conselheiros tutelares que aqui estão – grande parte deles está aqui. O fato de eles virem aqui, Deputado Chico Vigilante, é muito difícil, porque eles têm que se organizar para virem. Eles não podem deixar o local de trabalho e vir à Câmara Legislativa perder tempo, porque, estando fora, muitas coisas podem ocorrer se não estiverem lá.

Portanto, acho que seria de bom tom que V.Exa., que faz parte deste governo, desse prioridade à votação em favor daquilo que os conselheiros tutelares pedem. Hoje, há insegurança para eles! (Palmas.) Isso não é uma luta minha, mas de todos os Deputados que estão aqui acompanhando o sofrimento de cada um. Então, V.Exa., que tem uma ligação direta com o Governador, peça a ele, já que V.Exa. tem esse entendimento de achar que isso é justo, é correto. Se a Câmara Legislativa errou, que possamos consertar, juntos, esse erro. Sendo assim, peço também ao Líder de Governo que atenda também este pleito, porque são constantes vindas e idas frustradas dos conselheiros tutelares. Mais uma vez, Presidente Deputado Dr. Michel, peço que tenha esse sentimento solidário com todos os conselheiros tutelares que estão nesta Casa.

Muito obrigada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa.

Tanto eu como o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Dr. Michel estamos imbuídos realmente de encontrar uma saída para aquilo que foi acertado aqui. Repito, Deputado Wasny de Roure, que, quando se faz um entendimento e se faz a leitura correta do entendimento, temos de encontrar uma saída para cumprir, até porque a única coisa que o político tem é a palavra. Sem a palavra, não há saída! (Palmas.)

Para concluir, Deputado Dr. Michel, quero dizer que amanhã, às 15h, segundo o entendimento de dezoito Deputados desta Casa, Deputado Rôney Nemer, em um jantar que tivemos ontem com o Governador Agnaldo Queiroz, estaremos votando aqui o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT. A posição expressa do Governador, de maneira muito firme para todos nós, Deputado Wasny de Roure, é que vamos votar aquilo que diz respeito a áreas públicas. Esse é o posicionamento do Governador Agnaldo Queiroz, que nos agrada. Sobre áreas privadas e outros assuntos, iremos debater a partir de 2013, no próximo ano, com a revisão que há de acontecer no PDOT. Portanto, neste momento, vamos corrigir os erros que existem, tratando único e exclusivamente das áreas públicas. Não há que se falar de área privada neste momento. É isso que acordamos e é isso que votaremos a partir de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	11

amanhã. Quero, inclusive, parabenizar os relatores, especialmente o Deputado Rôney Nemer, pelo relatório que produziu.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Continuando os Comunicados de Líderes, concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria inicialmente de saudar os conselheiros tutelares que estão aqui, todos os membros do CDCA também, como o Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Eu acho que precisamos deixar clara a situação que está acontecendo aqui, Sr. Presidente. Quero discordar aqui da fala do Deputado Rôney Nemer, que é meu amigo, meu companheiro, mas, se alguém criou isso, não foi o Legislativo, porque o poder de fazer o edital ou não é discricionário do Executivo. (Palmas.) É bom, Sr. Presidente, que isso fique claro, porque este poder aqui não aguenta mais. Chegamos ao cúmulo de falarem se esta Casa aqui tem ou não tem autoridade. Então, não somos nós os culpados! Falo com muita franqueza, porque a brecha permitia, sim, a prova, mas o Executivo poderia não fazê-la, respeitando o acordo dos Parlamentares que foi feito aqui no plenário. Então, esse é o meu entendimento como Parlamentar. Se havia ficado daquela forma, que rapidamente pudéssemos corrigir aqui na Câmara, e não simplesmente desrespeitar o que foi acertado aqui e ser criado um edital para que ficássemos desmoralizados. (Palmas.)

Quero fazer uma retrospectiva: nós aprovamos aqui a Lei nº 4.877, de 2012; dezesseis dias após a aprovação da nossa lei, tivemos a aprovação da Lei Federal nº 12.696. Quero fazer uma análise com V.Exas., até porque não tenho esse entendimento de que conselheiro é inimigo do CDCA: são parceiros, amigos e vítimas do processo de sucateamento do sistema público, todos eles! (Palmas.) Essa lei federal foi criada com objetivos claros de criar obrigações trabalhistas, de legitimar a função do conselheiro, de preservar os direitos das crianças e dos adolescentes, mas principalmente de unificar o processo das eleições. E isso tem que ser debatido, sim, nesta Casa. Tem que ser debatido! É isso o que quero trazer para o Plenário nesta tarde. Nós estamos falando sobre a prova. O Executivo já deu alguns encaminhamentos aqui com vários Parlamentares que estão defendendo, mas quero falar aqui sobre a unificação da eleição.

A lei federal fala que a eleição passa a ser de quatro anos. O que se sabe é que, se a eleição for hoje, sem nenhuma legislação transitória aqui para o Distrito Federal, pode ser que haja muitas ações judiciais, principalmente dos conselheiros, que vão para a Justiça buscar o que é justo. A legislação do Conanda manda respeitar a lei distrital ou municipal. E é para isso que estamos aqui, para legislar, não é para esperar as coisas acontecerem e falar que não tem solução. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	12

Eu não tenho dificuldade, Sr. Presidente, em falar que esta Casa, neste momento, tem de criar uma legislação transitória, sim, para que o processo seja de quatro anos para o ano que vem, e criar disposições transitórias dos dois últimos anos, porque, Sr. Presidente, nós teremos uma eleição que será caríssima para o Distrito Federal, neste momento, e há a possibilidade de que esses recursos sejam investidos nos conselhos. (Palmas.) Não tenho dificuldade de que a gente traga essa legislação. Inclusive está aí hoje para que os Parlamentares assinem, votem com a gente, ou não, mas não tenho dificuldade em proteger as crianças e os adolescentes, até porque fazer uma nova eleição para o conselheiro chegar lá, naquele muquifo em que vocês trabalham, sem carro, sem telefone, sem estrutura, é praticamente chover no molhado.

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Eu pediria para a galeria não se manifestar enquanto a Deputada estiver falando, por favor.

Muito obrigado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu vou conceder todos os apartes a todos os Parlamentares. Só quero terminar o meu raciocínio para que todos entendam o que estamos propondo aqui nesta tarde. E, aqui, quero parabenizar todos os Parlamentares que buscaram uma unidade de já, realmente, retirar a prova, na busca de bons gestores, e não de concorrentes. Estamos atrás de pessoas que queiram trabalhar com crianças e adolescentes, não de pessoas que queiram somente um salário. É importante a gente entender isso. Quero parabenizar todos os Parlamentares que conseguiram – que têm proximidade com o Governador – fazer esse entendimento, como o Deputado Dr. Michel, que levantou, que teve um posicionamento claro, claríssimo. Se não fosse S.Exa. naquele dia da eleição – vamos dar a César o que é de César – nós, a Oposição, seríamos derrotados aqui. S.Exa. foi firme, e é muito importante, Deputado Dr. Michel, o seu posicionamento. A gente conta com V.Exa. novamente.

Quero dizer que estamos propondo um projeto de lei que revogue o art. 23, a, da Lei nº 4.451, de 2009. Nós, realmente, vamos dar a forma legal à retirada da prova de 2009. E é aí que vamos criar, também, a legislação do curso específico após a eleição. Vamos ter avaliação após a eleição dos conselheiros tutelares. E há as disposições transitórias, segundo as quais nós teremos esse mandato tampão, de dois anos, dos conselheiros que estão aqui neste momento; então, vamos ficar até o ano que vem com a disposição transitória.

Nós estamos com um projeto de lei. Eu peço a todos os Deputados que estão aqui que assinem conosco. Nós não vamos criar uma celeuma no Distrito Federal se, neste momento, não tivermos a eleição; nós vamos criar se fizermos da forma como está, porque a legislação tem brechas, e nós vamos criar problemas jurídicos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	13

Pessoal, vamos equipar os conselhos, vamos dar estrutura para o CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e vamos, realmente, provê-lo daquilo que eu acho que é a necessidade neste momento: criar condições de trabalho e criar essa legislação transitória, porque isso nos é permitido pelo nosso mandato.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, eu queria fazer apenas duas ponderações: em primeiro lugar, V.Exa. citou a lei federal. A lei federal estabelece o prazo de noventa dias antes...

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Eu pediria à galeria que todo mundo se mantivesse calado. A palavra está com o Deputado Wasny de Roure. Por favor.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – O edital foi publicado a partir... Eu, do ponto de vista pessoal, acho que houve uma imprudência, porque, uma vez havendo um entendimento de que existia um equívoco no processo legislativo, acho que seria prudente que se sentasse com aqueles que trabalharam a matéria e encontrasse... Mas, na realidade, este é o entendimento.

A segunda questão, Deputada, e nesse sentido quero fazer um apelo a V.Exa., é a seguinte: o seu bloco estava presente em uma reunião de líderes, coordenada pelo Presidente, que foi o proponente da matéria, a qual nós nos associamos. Houve um acordo, como já muito bem dito pelo Deputado Chico Vigilante. Ninguém quer descumprir. Houve um equívoco aqui nesta Casa, ninguém vai crucificar quem cometeu, pois eu entendo que não foi, absolutamente, proposital. Devemos sentar para encontrar uma solução. Mas, se a cada momento e a cada cenário, tivermos uma solução para o problema, não vamos encontrar, de fato, uma solução. Foi feito um acordo no Colégio de Líderes, os representantes de líderes estavam presentes. Eu faço um apelo a V.Exa. para que atente ao acordo, porque, se nós desautorizarmos uma instância que nós temos, a duras penas construída... Acertando e errando, é uma instância da instituição, é uma instância que nós temos que valorizar. Então, faço um apelo a V.Exa. para que preserve aquilo que foi entendido. Não foi nem uma proposta de minha autoria, mais eu acolhi aquilo que os colegas entenderam que seria pertinente.

Era essa a minha ponderação.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	14

Deputado Wasny de Roure, eu gostaria de esclarecer algo, porque acho que está havendo dupla interpretação. O que nós estamos comentando nesta tarde não é sobre haver a prova ou não. Apoio o posicionamento do Deputado Dr. Michel para que tenhamos um entendimento com o Executivo. O que eu falo nesta tarde... E isso é do mandato parlamentar, e o mandato parlamentar não é acordado no Colégio de Líderes, é de foro íntimo. A cada dia que chegam novas demandas, nós temos a legitimidade de, realmente, atendê-las. O nosso entendimento é o da prorrogação do mandato. É esse o tema de que estamos tratando hoje, que não fala sobre a questão da prova, porque a questão da prova está acordada e já está sendo definida pelo Executivo. São coisas alternadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputada Celina Leão, eu gostaria de comentar a respeito da prova. Hoje, tivemos uma reunião do Colégio de Líderes, e o Deputado Chico Vigilante, que não estava participando do último dia de votação, não bateu na mesa, mas falou com muita firmeza e foi muito eloquente na sua colocação. E isso me fez sentir até melhor, porque vi um colega do Partido dos Trabalhadores ser contra uma situação que está ocorrendo com uma colega do seu próprio partido. Então, o Deputado Chico Vigilante fez valer o acordo feito aqui dentro, junto com o Deputado Wasny de Roure, que, à época, também era a favor da prova, mas, que, diante do acordo, falou que o acordo tem que ser válido. Então, o negócio da prova já está resolvido.

Mas, Deputada Celina Leão, quanto ao que V.Exa. está falando a respeito da prorrogação do mandato, eu gostaria de dizer que já tentei todos os argumentos. Inclusive já fiz até pirotecnia a respeito disso. Inclusive falei para o Governador. E sabe o que falaram para mim? "Poupe-nos dessa sua politicagem barata." Foi o que me falaram.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Deputado Dr. Michel, foi um desrespeito com V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputada Celina Leão, mas cada um tem uma vertente. Eles têm uma vertente de política que os faz chegar ao mesmo lugar que eu. Eu fui vencido. Eu fui vencido, e quero pedir desculpas aos meus companheiros, aos meus amigos, mas cada um é vencido. Eu fui vencido na prorrogação. Tudo bem. Não tive argumentação suficiente para convencê-los do contrário. Eu acho que é assim que deve ser um debate. Eu fui para um debate no qual fui vencido. Infelizmente fui vencido. Fui vencido sobre a prorrogação. Tudo bem. Então, eu não tenho como... Eu juro para vocês que eu não tenho mais argumento. Eu falei para eles. Era 20h quando saí do debate. E eu falei: "Pessoal, sinto muito". Eu argumentei durante duas horas lá dentro, mas os meus argumentos não foram suficientes para convencê-los da prorrogação do mandato. Com relação à questão da prova, foi diferente. Na questão da prova, não há como me convencerem, porque foi acordado. O acordo foi feito dentro do plenário. Os 23 Deputados que lá estavam acordaram. Inclusive, os que eram contra a prova agora



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	15

são contra o não cumprimento do acordo. Então, esse acordo tem que ser cumprido custe o que custar, porque é a nossa palavra. Inclusive, já estão soltando nota de repúdio contra estarmos tentando fazer valer o acordo. Então, eu quero dizer para vocês que esse acordo tem que ser validado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, com certeza.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputada Celina Leão, dessa forma, apesar de eu pertencer à base, concordo com V.Exa. em que a prorrogação do mandato era o que deveria ocorrer. E eu levei os argumentos da representante dos conselheiros, a Sra. Selma, para se pegar esses quatro milhões e usá-los para estruturar o conselho. Eu fiz isso também. Infelizmente, fui vencido. Mas eu me ombreio com V.Exa. com relação à questão da prorrogação. Apesar de ser da base, tenho as minhas convicções, que ninguém me tira. Sou da base, mas não sou capacho. Isso já falei e falo mais duzentos milhões de vezes. Eu acho que é o melhor neste momento, para inclusive adaptar a lei federal, que diz que as eleições para conselheiros tutelares serão no segundo domingo de outubro, após as eleições presidenciais. Se a eleição presidencial será em 2014, então, seria em 2015 (*sic*). Então, ficaria ajustado. Tudo bem. Fui vencido. Entendo, eu não tinha o que fazer. Vencido é vencido. Fui vencido e me dei por vencido. Fui lá, conversei com eles, abaixei a minha crista, abaixei a cabeça. Expliquei para eles, pedi desculpa por não ter tido forças nem argumentação o suficiente. A gente tem que ter essa capacidade, mas, quanto à prova, desculpem-me. Passa do absurdo querer fazer com que nós desçamos de goela abaixo, arranhando essa prova. Aí, não dá. Aí, não dá. Não dá mesmo.

Então, eu queria só me ombrear a isso.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu gostaria de agradecer ao Deputado Dr. Michel pela sua fala. A posição de S.Exa. reflete-se, inclusive, nas pesquisas de opinião, nas quais está sempre bem pontuado. Isso significa que V.Exa. não representa o Governador, mas, sim, a sociedade de Brasília.

Muito obrigada.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSD. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, ouço aqui atentamente o pronunciamento de V.Exa. Como todos sabem, sou da base de apoio, mas, em primeiro lugar, estou aqui para defender os interesses de Brasília.

Conheço a realidade dos conselheiros, até porque, à época, lutei e trabalhei para eleger duas conselheiras compromissadas com a minha cidade, com a família, com o ECA, pessoas da mais alta respeitabilidade, que são a Socorro e a Arglene, que se encontram aqui presentes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	16

Quando o Deputado Dr. Michel apresentou a emenda de plenário para não realização da prova, eu, porque confio em S.Exa., no seu caráter, na sua dignidade, e na proposta que foi apresentada, se não me falha a memória, fui o terceiro Parlamentar a assinar, e a assinatura que eu coloquei ali jamais retirarei. Sou totalmente contra essa emenda. Estou a seu favor. Esse é o meu voto e assim permanecerá.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Muito obrigada, Deputado Washington Mesquita.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputada Celina Leão, quero parabenizá-la. V.Exa. é uma Deputada jovem, mas mostra por que chegou. Veio bem preparada, estudou todos os dispositivos legais, da lei federal e da lei local. É um orgulho muito grande para nós do PSD poder tê-la em nosso partido, principalmente para mim, que sou mulher também, e ver que V.Exa. e a Deputada Liliane Roriz realmente fazem uma representação que dá muito orgulho a todas as mulheres aqui do Distrito Federal.

Eu gostaria de fazer uma colocação sobre o que disse o Deputado Wasny de Roure. Até peço desculpa porque, terminada a reunião de líderes, nós estávamos envolvidos numa reunião do PSD, que se estendeu um pouquinho mais, e, como V.Exa. teve que se ausentar, veio para o plenário, eu não tive tempo de comunicar a V.Exa. aquilo que foi acordado na reunião de líderes, que seria a constituição de um grupo técnico para arranjar a melhor solução com relação ao impasse desse defeito da redação da lei no tocante às provas.

Mas permita-me discordar do líder, porque, independentemente dessa comissão, todo Parlamentar tem direito a protocolar um projeto de lei. O projeto de lei que V.Exa. está protocolando diz respeito à questão da extensão do mandato, através do mandato tampão, e esse não é o objeto dessa comissão. Então, é só para dizer que V.Exa. pode ter certeza de que, primeiro, não houve – eu queria deixar muito claro para todo este Plenário, para todo mundo que está nas galerias – nenhum erro da parte de V.Exa., mas houve uma impossibilidade de comunicar a V.Exa. o que foi acertado. Eu li agora, aqui, o projeto de lei que V.Exa. está propondo, e ele não conflita em nada com o que será decidido por essa comissão.

Então, só deixo a V.Exa. os meus parabéns pela garra, pela coragem e pelo estudo. Isso tem que ser computado, porque nós sabemos que nos leva tempo para estudarmos as matérias, aprofundar-nos e podermos fazer um pronunciamento que esteja embasado na legislação.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Muito obrigada, Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	17

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) – Eu quero dar o meu boatarde, agradecer a Deus em primeiro lugar e parabenizar V.Exa. pelo pouco que peguei dessa discussão.

Quero dizer que sou um defensor dos conselheiros. Quando Administrador de Planaltina, e quando houve aquela divisão de dois conselhos, nós abrimos mão de uma sala na administração, cedemos o espaço para os conselheiros trabalharem. Sabemos da importância hoje de um conselheiro na vida da sociedade, principalmente nas cidades como Planaltina, que têm uma carência muito grande.

Há uma questão familiar muito forte, e, enquanto não atacarmos realmente essa questão familiar, nós estaremos fechando os olhos para um problema. Então, tem que se valorizar o conselho tutelar, tem realmente que se dar moral a essas pessoas, tem que se dar condição e estrutura de trabalho. Nós sabemos o valor que vocês têm, a lida diária que vocês têm com problemas dramáticos das nossas famílias. E nós temos realmente que nos comprometer.

Eu tive a satisfação de poder participar da campanha dos dois conselheiros mais bem votados do Distrito Federal. Na oportunidade, conseguimos eleger não só o Ademar, como o Marcos Paulo, o Marquinho que está com vocês. Não participei de outra, mas quero até participar, quero poder contribuir. Nós entendemos realmente o valor.

Os bombeiros me ensinaram que nunca devemos separar na hora do atendimento. O bombeiro não pergunta a classe social, o partido político, a religião, o bombeiro atende o próximo como próximo. E é o que eu vejo no conselho tutelar, ele atende o próximo como próximo. Ele atende a família no seu momento de dificuldade, ele atende o pai e a mãe com sua criança, com seu jovem, com seu adolescente que está sendo levado a cometer delitos, que não é o que ele quer, mas que ele está sendo levado a fazer porque está sem oportunidade. E vocês estão ali tentando zelar pelo bem maior que nós temos na nossa vida, abaixo de Deus, que é a nossa família.

Quero parabenizar o trabalho dos conselheiros, porque acho que com ordem, com decência, com trabalho, com organização a gente consegue tudo. Não tenho dúvida de que vocês também vão conseguir o pleito de vocês, porque vocês são do bem, querem o bem para fazer o bem para a sociedade.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Obrigada, Deputado Aylton Gomes.

Só para encerrarmos aqui o debate e deixarmos claro que não é uma prorrogação de mandato, é uma prorrogação da vigência de 2009 para 2013, extremamente legal. É legal, é uma legislação transitória que esta Casa tem toda a condição de fazer. E eu gostaria de pedir a todos os Parlamentares que fizeram aparte que assinassem conosco o projeto de lei. E que não só assinassem, mas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	18

também votassem não conosco, com a Deputada Celina Leão, mas com a sociedade de Brasília e com os conselheiros que aguardam a votação desse projeto.

Acho que muitas vitórias foram aqui conseguidas não somente com um Parlamentar, mas com vários Parlamentares. Quero agradecer a todos eles que estão se empenhando nessa luta, porque essa luta é desta Casa, que tem autonomia, sim, e vai mostrar ao Governo do Distrito Federal que escuta a população.

Muito obrigada.

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Passa-se aos  
Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (PPL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Meu boa-tarde a todos e a todas. Eu queria cumprimentar todos os colegas aqui presentes, todos os conselheiros que aí se encontram reivindicando os seus direitos, os seus trabalhos. O meu boa-tarde a todos.

O que me trouxe aqui hoje, Presidente, foi para tentar... Na sexta-feira, eu protocolei um projeto aqui. Eu, na Secretaria de Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária, comecei a prestar atenção e a acompanhar o que está acontecendo dentro da nossa cidade e infelizmente cheguei a uma constatação muito triste: a de que Brasília hoje é a verdadeira Geni do Brasil.

Para nós que moramos em Brasília, temos o rigor da lei. Nós temos todas as sanções para podermos andar dentro dos critérios. E os de fora não têm a mínima dificuldade com nada. Os empresários de fora vendem dentro de Brasília e não recolhem imposto. Quando recolhem, recolhem imposto no seu Estado de origem.

Eu descobri coisas muito difíceis. Para mantermos um pequeno e microempresário dentro de Brasília é uma dificuldade. Nós temos impostos, nós temos a AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal, nós temos o governo, nós temos uma série de leis que somos obrigados a cumprir, enquanto os de fora vendem dentro da nossa cidade e nem o imposto recolhem aqui dentro.

Eu fiquei muito preocupado com toda essa situação. Vejam bem, até os cartões de crédito que operam dentro de Brasília, que movimentam, Deputado Chico Vigilante, milhões de reais, as empresas de cartões de crédito, admire V.Exa. que eles recolhem o imposto em Barueri, São Paulo! Eles operam dentro da nossa cidade, usam o nosso comércio, e no momento de recolher os impostos, eles são recolhidos no Estado de São Paulo. E não fica nada para Brasília.

Hoje, se você quiser comprar um caminhão de tijolos em Brasília, basta você ligar para Anápolis e a mercadoria é entregue em sua casa, e não é recolhido nem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	19

um centavo de imposto! Se você quer comprar uma telha, é só você ligar para Monte Carmelo e ocorre o mesmo, entregam a mercadoria em sua casa. Porém, daí a não recolher o imposto que é obrigatório por lei... Existe a lei federal que obriga as empresas que operam a recolherem o ISS dentro da nossa cidade.

Então, Deputada Celina Leão, nós estamos com um problema grave em nossa cidade. E nós poderíamos triplicar a nossa arrecadação apenas fazendo cumprir a lei. A nossa luta neste momento é exatamente para que se faça cumprir as leis, e as empresas de fora passem a recolher os impostos para a nossa cidade.

Deputado Chico Vigilante, somente para V.Exa. ter uma ideia, de todos os carros zero quilômetro que foram financiados por arrendamento mercantil – *leasing* – foi recolhidos os impostos – ISS – no Estado de São Paulo. Somente da data-base de 2011, nós temos a rever que, no Estado de São Paulo, nada mais nada menos que 666 milhões de reais foram recolhidos aos cofres daquele Estado indevidamente, enquanto deveriam ter sido recolhidos aos cofres do Distrito Federal.

Então nós temos uma verdadeira fortuna que está saindo daqui e que poderia estar sendo investida em nossa saúde, educação, na melhoria da nossa cidade e na qualidade de vida dos nossos moradores.

Nós estamos realmente no meio de uma guerra fiscal que não tem mais precedente. A gente não consegue entender como é que Brasília movimenta todo esse comércio e ninguém deposita imposto dentro da nossa cidade. Então, apresentei esse projeto na sexta-feira, levei-o ao conhecimento do Governador, conversei com o Secretário de Fazenda e todos estão de acordo com a necessidade desse trabalho. Que a gente lute pela nossa cidade para que ela passe a se desenvolver e a ser mais respeitada um pouco!

Isso, Deputado, antes de lhe passar a palavra, é uma falta de respeito com a nossa cidade.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAAD MASSOUEH – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Raad Massoueh, V.Exa. tem inteira razão, e eu quero...

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Estamos nos Comunicados de Parlamentares. Portanto, não há apartes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu pensei que ele estava falando como líder.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Não, não. Não se pode passar a palavra para ele, só depois que V.Exa. acabar de falar.

DEPUTADO RAAD MASSOUEH – Depois, eu lhe passo, Deputado, a palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	20

Então, o que estou falando é que vim reivindicar a melhoria da qualidade de vida da nossa comunidade, porque hoje não temos... Nós temos dificuldade nos hospitais, nós temos dificuldade na nossa saúde, nós temos dificuldade em vários setores, e milhões e milhões e milhões de reais, que são de direito do Governo do Distrito Federal, estão sendo recolhidos em Barueri. Sabe por que isso, Deputado? Porque lá eles estão infringindo a lei, eles reduzem o imposto a 0,2% porque existe a lei que diz que tem de ser, no mínimo, 5%.

Então, o cartão de crédito, para não pagar 4,8% em Brasília, prefere recolher em Barueri 0,2%. Para o Estado de Barueri é muito bom, porque ele está recolhendo só 0,2% do que não lhe pertence! Para ele é muito bom fazer graça e recolher o dinheiro com o dinheiro da nossa comunidade.

Então, é uma luta, realmente, desonesta e injusta para o Distrito Federal. Eu quero a compreensão de V.Exa., assim como a de todos os Deputados, para que a gente vá atrás e recupere esse dinheiro. E a partir de hoje, se for preciso ir ao Ministério Público, irei; se for preciso fazer qualquer tipo de denúncia, farei. Mas, a partir de hoje, não aceito nenhuma empresa que trabalhe, que venda dentro do Distrito Federal e recolha os seus impostos na sua cidade de origem.

Ouço a palavra do Deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Não há aparte e, se passar a palavra, V.Exa. não poderá falar mais.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Mesmo que eu mude o assunto?

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Pode. Só quando V.Exa. acabar de falar.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Então, Deputado, eu queria também aproveitar, já que as minhas vindas aqui, às vezes, estão sendo um pouco espaçadas. Eu gostaria de dizer que me preocupei muito com essa vinda à Câmara Legislativa. O motivo nº 1 foi exatamente para protocolar esse projeto de lei para que possamos devolver a arrecadação fiscal que é merecida para Brasília. E também vim pedir aos Srs. Deputados... Existe muita polêmica em volta do PDOT. Hoje eu recebi pessoas lá da W3 Sul, das quadras 700. São pessoas que moram lá há muitos anos e que já lutaram muito contra aquelas pensões que lá existem. Eu participei dessa luta por muito tempo, Deputado Chico Vigilante, e todos nós sabemos que são pensões entre aspas, a maior parte daquelas casas é de prostituição. Ali acomodam bandidos, há tráfico, fazem de tudo.

Eu não estou conseguindo assimilar por que uma resolução do Tribunal de Justiça para que não se conceda alvará para aquelas empresas que se dizem pensões e mini-hoteis, numa área que é extremamente residencial, numa área tombada pelo Governo, numa área onde os moradores são totalmente contra, não está sendo acatada pelo nosso PDOT.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	21

Então, eu queria dizer que, se me permitirem, em defesa desses moradores da W3 Sul, eu vou fazer uma emenda amanhã. Eu vou pedir, sim, que sejam revistas pelo menos essas condições. A W3 Sul, nas 700 – não é a quadra debaixo, ali onde há moradias –, é injusto ser liberada para comércio, porque aquela área não é comercial, é uma área estritamente residencial, e é uma área tombada.

Então, o que eu queria passar para os Srs. Parlamentares eram essas duas situações que realmente me deixam apreensivo, porque acompanhei a luta do pessoal das 700 por muito e muito tempo. Os moradores conseguiram ganhar na Justiça e a lei não está sendo cumprida. Eu queria fazer esse alerta, porque amanhã eles vão ao Ministério Público e aí embarga novamente todo o PDOT. E não é interesse de ninguém que tenhamos o PDOT mais uma vez adiado, mais uma vez embargado. Fica a sugestão para essas coisas que são polêmicas e para as quais ainda não há entendimento, que possamos deixá-las de fora. Vota-se o PDOT, mas tiram-se essas duas ou três questões que são polêmicas, se for possível. Se não for possível, a gente apresenta uma emenda e vamos ver o que a gente pode combinar no plenário.

Obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Raad Massouh fez um pronunciamento da mais alta importância.

Estive conversando por mais de uma vez com o Secretário de Fazenda do Distrito Federal, Dr. Marcelo Piancastelli, que é uma pessoa extremamente preparada, competente efetivamente, e há um dado, Deputado Agaciel Maia – V.Exa. que é um economista brilhante que tem tocado tão bem a nossa Comissão de Economia, Orçamento e Finanças –, que tem que preocupar a todos nós, Deputado Raad Massouh. Eu quero que alguém me explique como é que Brasília, Deputado Dr. Michel, uma cidade eminentemente de serviço, pois a vocação de Brasília é serviço, arrecada novecentos milhões de reais de ISS, enquanto o Município de Belo Horizonte arrecada dois bilhões e meio. E a vocação de Belo Horizonte não é serviço. O Rio de Janeiro arrecada hoje cinco bilhões e meio de reais, e nós aqui com novecentos milhões.

A verdade é que muita gente está vindo de fora e não está pagando os impostos aqui no Distrito Federal. E nós precisamos de dinheiro para investir aqui, para gerar emprego aqui, para dar bem-estar a nossa população do Distrito Federal.

O projeto de V.Exa. é muito bem-vindo, até porque essas empresas de cartão de crédito, para mim, é pior do que agiotagem. Pobre do comerciante que trabalha com elas, com Visa e com outras, porque na hora que a gente passa lá o cartãozinho, se for débito é descontado automaticamente, mas há vezes que eles



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	22

seguram até um mês. Só que na hora que passa, ele já recebeu como taxa de serviço 3%. Então, 3% da venda é taxa de serviço.

Portanto, é uma das coisas mais fáceis que há para tirar dinheiro dos outros, para tirar dinheiro nosso, para tirar dinheiro do contribuinte, para tirar dinheiro do trabalhador. E ainda não pagam os impostos. Portanto, precisamos dar celeridade à tramitação desse projeto de V.Exa. na Câmara Legislativa. Pode contar com o apoio do nosso bloco partidário, PT-PRB. Eu não tenho dúvida de que o Deputado Agaciel Maia irá avocar a relatoria desse projeto na CEOF. Que nós possamos fazer com que o Distrito Federal deixe de ser passado para trás por essa gente que só visa não pagar nada. Nem sequer o lucro advindo disso fica aqui, porque vai para o exterior, já que a sede deles é lá fora. Portanto, eles vêm aqui e fazem a mesma coisa que faziam no descobrimento, quando levavam todo o pau-brasil, o ouro, a prata, tudo nosso, e ficavam aqui as doenças. É o que eles estão fazendo hoje.

V.Exa. está de parabéns em ter voltado aqui e, em quarenta e oito horas, ter apresentado esses dois projetos.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria, inicialmente, de agradecer aos Parlamentares que assinaram o projeto de lei sobre o mandato. Agradeço à Deputada Liliane Roriz, à Deputada Eliana Pedrosa, a V.Exa., que novamente assina conosco o projeto de lei. Eu gostaria de pedir a V.Exa. que faça a leitura, porque ele já está protocolado e começa a tramitar nesta Casa.

Eu gostaria também de pedir a leitura da PELO, proposta pela Deputada Arlete Sampaio, por mim, pelo Deputado Dr. Michel, pela Deputada Eliana Pedrosa e pela Deputada Liliane Roriz, que estabelece que, em cada nova região administrativa, fica criado automaticamente um conselho tutelar para a respectiva região.

Muito obrigada.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, minha fala é inerente ao assunto que o Deputado Raad Massouh, com conhecimento de causa, traz hoje.

Hoje o Orçamento do Distrito Federal é de dezoito bilhões de reais mais dez bilhões de Fundo Constitucional. Amanhã nós teremos uma audiência em que o Secretário de Planejamento, o Secretário de Fazenda virá fazer uma apresentação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	23

sobre o relatório quadrimestral, em que apresentará a execução orçamentária do Distrito Federal.

Nós sabemos que o Distrito Federal tem dois ralos específicos no que diz respeito à arrecadação de impostos. O primeiro são as manobras que os Estados vizinhos fazem do tipo incentivo ao IPVA. O sujeito presta serviço em Brasília, mas emplaca o carro em Minas Gerais ou em Goiás. A empresa dele é aqui, mas o IPVA é pago no Estado vizinho. Isso é só um exemplo. O outro fato preponderante é que, pela primeira vez, há um Estado onde não há barreira com posto fiscal. O sujeito vem com uma carreta de carne do Pará e diz: "Eu só estou passando aqui em Brasília. Eu vou para Barreiras". Aí o sujeito entra com uma carreta de carne aqui e despeja tudo em Brasília dizendo que só está passando, que está indo para Unaí ou para Barreiras, na Bahia, ou para outras cidades próximas daqui.

Então, existe um vício da Secretaria de Fazenda – não é só daqui, é um vício de governo desde que o mundo é mundo – de só ir em cima para cobrar imposto de quem for mais fácil. Então, primeiro é o servidor público. Não tem jeito. Ele cobra o imposto de renda no contracheque do sujeito, que não tem para onde correr. Depois as empresas. Quanto mais organizadas estiverem e se tiverem um pouquinho de sucesso empresarial, aí eles fazem questão de ir lá e tirar as calças do sujeito pela cabeça. Em compensação, as manobras que são feitas por empresas de fora que têm apenas uma pequena sala aqui em Brasília só para baterem carimbo são poucas vistas.

Então, esse projeto que V.Exa. traz – e V.Exa. é um empresário – é importante, porque, quando se subtrai os impostos de Brasília, subtrai-se da população de Brasília. Quando o governo arrecada menos, ele tem menos capacidade de investir nas crianças, ele não tem dinheiro para fazer escola, ele não tem dinheiro para fazer hospital. Então, quem paga é a população por essas manobras que são realizadas.

Ao levantar essa bandeira... Eu tenho batido sempre nessa tecla aqui na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Nós temos esse orçamento de 18 bilhões, mas poderíamos ter um orçamento em torno de 22 bilhões a 23 bilhões de reais, se realmente os impostos fossem arrecadados da forma como deveriam ser.

Parabéns a V.Exa. pelo pronunciamento de hoje à tarde e pelo projeto de lei. Pode contar com o meu apoio.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Sobre os conselheiros tutelares, já foi dito tudo o que poderia ser dito, a questão já está bem encaminhada. Estamos na luta com vocês, conselheiros presentes nesta galeria. Os 24 Deputados estão empenhados em resolver o problema. Vocês conseguiram algo inédito, aquilo que era impossível conseguir: a unanimidade. Vocês conseguiram até de quem era a favor da prova. A partir do momento em que foi feito um acordo, ele está sendo cobrado por todos desta Casa. Então, hoje não há mais que se falar que um ou outro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	24

aqui está lutando pelos conselheiros. Todos os 24 Deputados hoje estão na luta em favor dos conselheiros tutelares no que tange a não aplicação do exame ou da prova. Vocês podem ter certeza de que essa luta não é do Dr. Michel, não é da Deputada Celina Leão, não é da Deputada Liliane Roriz, não é da Deputada Eliana Pedrosa, não é do Deputado Wasny de Roure, não é do Deputado Agaciel Maia, não é do Deputado Chico Vigilante, é dos 24 Deputados, que querem fazer valer aquilo que foi acordado nesta Casa: a não aplicação da prova ou do exame, como queiram chamar.

Podem ter certeza de que esta Casa vai achar uma solução para o problema. Podem ter certeza disso. Podem ter certeza de que nós, os 24 Deputados, estamos imbuídos em resolver esse imbróglio em que nós mesmos, sem querer, querendo ajudar, envolvemo-nos. Isso acontece. Há um adágio que diz: "Quando se quer acertar e erra, acertado está." Vamos acertar. Podem ter certeza.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Conselheiros, querem uma sugestão? Dirijam-se à casa do Governador e façam pressão.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Não, não. A questão de ordem não está aceita. Não precisam ir à casa do Governador fazer pressão, porque a pressão feita aqui já está resolvendo o problema. Podem ter certeza. Deixem o Governador trabalhar, pois S.Exa. tem muito o que fazer, porque precisamos colocar Brasília num novo caminho para que tenhamos uma Brasília melhor para nós todos.

Então, acho que o local para se fazer pressão é aqui, esta Casa de leis. Podem ter certeza de que, com a pressão que aqui foi feita, o problema será resolvido.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar a esta Casa que estive há pouco em São Sebastião fazendo a inauguração de uma escola infantil especial de horário integral construída recentemente. Houve a presença do Governador Agnelo, a presença do Secretário Denilson e a presença do Vice-Governador Tadeu Filippelli. Fiquei – e olhe que já tenho uma certa experiência – impressionado não só com a qualidade dos recursos humanos que estavam naquela escola, mas com a qualidade do espaço físico.

Deputado Dr. Michel, acho que nós precisamos reivindicar também, dentro desse programa que o Governador Agnelo está realizando tão brilhantemente – S.Exa. vai inaugurar uma outra amanhã em Brazlândia –, que o programa seja levado também para todo o Distrito Federal, em especial para Sobradinho I e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	25

Sobradinho II, onde praticamente V.Exa. tem a unanimidade de votos. Eu vou pedir autorização a V.Exa. para comparecer à solenidade, porque fiquei impressionado com a qualidade não só dos restaurantes, mas das salas de aula. Realmente é uma escola em São Sebastião que poderia ser uma escola de qualquer país, dadas suas instalações físicas e o nível de qualidade. Todos os pré-requisitos foram preenchidos.

Eu não sou muito de estar aqui fazendo elogios, V.Exa. sabe disso, mas a César o que é de César. O que o Secretário Denilson, o Vice-Governador Tadeu Filippelli e o Governador Agnelo Queiroz estão fazendo, mesmo que não seja com a celeridade que esperamos... Precisaríamos inaugurar, Deputado Wasny de Roure e Deputado Chico Vigilante, pelo menos umas três ou quatro escolas iguais a essa por mês, porque temos — eu fui relator do orçamento — 119 milhões em investimentos dentro da Secretaria de Educação. Nós precisamos dar maior celeridade à construção de escolas iguais a essa, que honra as crianças, os pais e os professores de Brasília, dado o nível de qualidade que tem.

Eu estive em São Sebastião, vim há pouco de lá, e não poderia deixar de fazer esse elogio à nova filosofia que está sendo construída, com horário integral, para as crianças de Brasília em escolas de qualidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Não poderíamos, como V.Exa. bem disse, deixar de elogiar quem tem que ser elogiado. Para aquilo que é bem feito temos que bater palmas e, quando se erra, nós temos que bater pau.

Vejam que não fazemos diferente nesta Casa, até porque não precisamos fazer diferente. V.Exa. também, assim como eu, tem muita capacidade de agradecer e agraciar aqueles que realmente fazem. Se o fez, temos que agradecer; se não o fez, temos realmente que criticar. A crítica, quando a fazemos, é construtiva para que se possa acertar. Portanto, temos que parabenizar, plagiando o programa que há na televisão: "Bate palmas, Jesuíno". Se acertou, temos que bater palmas. V.Exa. me deu o caminho certo. Vamos cobrar para que façam.

Quando V.Exa. for a Sobradinho II, será sempre bem-vindo. Não temos ciúmes de ninguém. Temos ciúmes de quem beijamos na boca. V.Exa. é bem-vindo a Sobradinho II, a Sobradinho I e a todos os lugares que vá, porque V.Exa. é um homem de muita capacidade, que tem muito a nos ensinar. Nós viemos a esta Casa e aprendemos a gostar de V.Exa. pelo trabalho e pela amizade que tem pelos seus pares.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	26

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, fiquei muito preocupada hoje, pois foi aprovado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças o remanejamento de um crédito de R\$ 10.267.770,00 (dez milhões, duzentos e sessenta e sete mil, setecentos e setenta reais). Estão sendo tirados recursos da Polícia Militar destinados ao reequipamento de unidades de segurança pública, policiamento ostensivo e implantação de unidades administrativas, para a aquisição de imóveis no Plano Piloto.

Deputada Celina Leão, acho que é importante registrar que é muito preocupante retirar dez milhões para comprar imóveis de um orçamento que é necessário, uma vez que se trata de áreas muito sensíveis da segurança pública no Distrito Federal.

Deixo aqui essa pergunta nesta tarde. Temos que investigar o que está sendo feito com isso e qual a utilização desses imóveis, tendo em vista que a segurança pública do Distrito Federal está muito ameaçada.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o pronunciamento da Deputada Liliane Roriz é muito pertinente, até porque a área de segurança pública teve um acréscimo da violência em 100%. Poderia ser a última área a ser tocada. Entendemos que o orçamento vem sendo mudado a pedido do Poder Executivo o tempo todo, mas não podemos deixar áreas sensíveis como a segurança pública... A Deputada Liliane Roriz foi muito feliz em sua colocação.

E relembrar é viver. No ano passado, nós tínhamos retirado dos conselheiros tutelares o valor de um milhão de reais com o compromisso de retornar esse recurso e até hoje ele não foi retornado. Eu acho que retirar recursos de áreas sensíveis como a de crianças e adolescentes e a de segurança... Vamos tirar um pouquinho da publicidade ou de outras áreas que não são prioritárias para o dia a dia do cidadão de Brasília.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos buscando um caminho para resolver essa questão da prova. Mas, se quiserem entrar no debate a respeito, efetivamente, de como os conselheiros tutelares foram tratados em outro governo, nós vamos debater também, porque isso não começou agora. O descaso com os conselhos tutelares não é do nosso governo! Não é do nosso governo! Verifiquem efetivamente como eram as instalações.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	27

Se querem politicar o debate, eu topo debater, politicar, mas não venham imputar responsabilidade e culpa a um governador que não as tem. O Governador Agnelo Queiroz tem feito todo o esforço no sentido de dotar os conselhos da estrutura de que eles precisam. E vamos continuar fazendo mais! Mas querem debater? Querem encarar? Vamos para o debate!

V.Exa. sabe do meu compromisso no sentido de ajudar a resolver sem politicar esse debate. Se querem fazer avaliação de como era e como está, eu faço. Estou pronto, porque conheço as instalações e as sedes. Lá na Ceilândia mesmo, verifiquem como era e como está hoje. Na Feira Permanente de Sobradinho II, veja a situação que V.Exa. conheceu como era. Querem resolver? Nós vamos resolver. Mas, se querem desafiar o governo, vamos... A gente topa! E aí vamos ver se vai ser resolvido.

(Vaias na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Eu queria pedir à plateia que respeitasse os Parlamentares. Cada um aqui tem o livre arbítrio para fazer o pronunciamento que quiser. Eu queria pedir que nós respeitássemos a opinião de cada um. Aqui existe o livre arbítrio. A vaia não é o meio de nós fazermos a democracia. Cada um tem o direito e uma coisa é certa: nós estamos aqui para resolver um problema e não para polemizar. A partir do momento em que nós resolvemos o problema, em que o nosso governo, um governo do novo caminho, passar a reestruturar e a estruturar o conselho tutelar, porque não adianta nós entrarmos no debate e não fazermos nada... Nós temos que cobrar que este governo faça e que, no final desses quatro anos, tenhamos um conselho tutelar muito melhor do que estava. Esqueçamos o passado, vivamos o presente e peçamos a Deus que nos dê um futuro melhor, porque quem vive de passado não somos nós. Nós temos que viver de presente e de futuro.

Então, eu queria pedir aos senhores que não entrássemos nesse debate e que respeitássemos a fala de todos os Deputados, porque todos aqui têm o livre arbítrio para expor as suas colocações, uns com mais veemência, outros com menos, mas todos eles são representantes do povo.

A vaia não é um meio democrático de nós aceitarmos a forma de cada um falar. E este momento não é o de polemizarmos. É um momento de nos aglutinarmos independentemente de sermos oposição ou base, porque o que mais querem agora é que nós rachemos, e esse racha só trará prejuízo. Não entremos nessa. Não entrem nesse desafio, nesse debate de vaiar ou de querer estigmatizar qualquer um que seja. Todos estão em prol de vocês e, se entrarem nesse racha, o que vai acontecer? O que eles querem. E não é esse o nosso propósito.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	28

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o que me espanta nesta tarde é que eu não tenho dificuldade nenhuma, porque não fui eleita por nenhum governo. Fui eleita por 7.771 pessoas que acreditam em mim. Não tenho dificuldade de fazer crítica nenhuma a governo passado nenhum e não vou deixar de fazer. Nem ao governo atual, que já tirou dinheiro da criança e do adolescente, aplicou em outro lugar e não o repôs. Irei fazer, sim. Se isso, para alguns Parlamentares, for politizar, sou política. Vou levantar, sim, todas as questões que achar necessárias para o desenvolvimento e para o debate franco. Acusar um ou outro de politizar esse debate, isso não é sério. Se realmente a gente for colocar que essas áreas são sensíveis... (Falha no som.) Se o nobre Parlamentar que estava falando prestasse atenção ao meu discurso, iria entender que a crítica que fiz foi a todos os governos que sucatearam. Falei isso no começo da minha fala e irei falar sempre, de qualquer governador que passar por aqui, inclusive do atual. Essa é a minha função como Parlamentar. Não vou varrer a sujeira para debaixo do tapete. Estou, sim, cobrando hoje um milhão que foram retirados no ano passado, quando o Governador Agnelo já estava no governo. Irei cobrar todas as vezes. Isso faz parte do meu mandato. Isso não é politizar porcaria nenhuma!

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O mais interessante disso tudo – vejam vocês como a democracia é importante – é que os dois Parlamentares falam a mesma coisa e só se ouve ruído na comunicação. E os dois estão em prol de um só objetivo: o melhor para a comunidade do Distrito Federal. Isso é que é bonito no parlamento. Isto é que é bonito, que é importante, que é bacana: vermos dois Parlamentares em oposição ideológica, mas lutando para um só objetivo, que é o bem-estar da comunidade, que é o bem-estar da criança e do adolescente, que é o que for melhor para Brasília. Isso é democracia. Veja vocês o que é o parlamento! E os demagogos ainda dizem que esta Casa de leis não deveria existir. Brincadeira quando a gente ouve isso aí fora! É bom vocês participarem, para, quando ouvirem isso, poderem defender o parlamento, esta Casa de leis. Dois Parlamentares, um da base e outro da oposição, defendendo um ponto de vista, mas com um só objetivo: defender a comunidade do Distrito Federal. Isso é que é o mais importante em uma Casa de leis.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo. Em agosto do ano passado, um grupo de servidores concursados do DFTrans nos procurou para fazer uma emenda à lei orçamentária que possibilitasse a contratação deles, tendo em vista a precariedade e a pouca quantidade de gente que há no DFTrans para fiscalizar todo esse precário sistema de transporte de Brasília. Foi acordado, então, que 120 concursados seriam contratados. Há uma grande preocupação, porque isso foi votado aqui. Demos todo o apoio, mas,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	29

até agora, parece que só foram chamados dezessete dos 120 concursados. Faltam 103.

Tenho pedido o apoio não só do Willemann, mas do Deputado Chico Vigilante, que tem força junto ao governo, no sentido de que, como esse concurso vence agora, no dia 31, e dada a flexibilidade do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal – todos nós queremos a área de transporte de Brasília eficiente e bem fiscalizada –, seja chamado o restante dos concursados, que contaram inclusive com a sua ajuda, Deputado Dr. Michel, na época da discussão; da Deputada Liliane Roriz; da Deputada Celina Leão, enfim, de todo mundo.

Na realidade, estamos defendendo uma melhoria no transporte da cidade, não só 103 pessoas que se submeteram a um concurso feito com todos os rigores, extremamente difícil.

Faço esse apelo ao Deputado Chico Vigilante, a V.Exa., que é Vice-Presidente desta Casa, e ao Willemann, que está aqui e que tem sido muito cordial nessa ligação com o governo. Já falei com o Secretário Wilmar que não podemos matar a esperança dessas pessoas que estudaram muito, que às vezes até abandonaram um emprego na iniciativa privada para se dedicarem a essas provas e que agora veem o concurso se aproximar do seu vencimento. Comprovadamente, há necessidade de chamar essas pessoas.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, já que se tratou de um assunto sobre reunião da CEOF, para dar uma informação. Tenho o maior respeito pelo Deputado Chico Vigilante, assim como pela Deputada Celina Leão e pela Deputada Liliane Roriz. Não tenho nenhum... Se fosse para dar palpites, eu ficaria do lado das mulheres, mas tenho que dar uma informação técnica, e nem sempre o técnico é o melhor politicamente. O que acontece no remanejamento de dotações orçamentárias é que há uma previsão, às vezes, do governo, quando manda o orçamento no exercício anterior e, dada a execução orçamentária, verifica-se que, apesar de aquele dinheiro estar naquela dotação que aparentemente é uma coisa boa para o governo, não vai haver tempo de se executar aquela verba. Às vezes, isso é feito por todos os governadores do Brasil, seja ele azul, vermelho, amarelo ou de qualquer outra cor, em determinadas linhas de execução em que já existem licitações prontas, em que pode ser feito o aditamento, seja para construir escolas, seja para qualquer outro segmento, quando o governo, por um equívoco, colocou dotação orçamentária a mais em determinados programas que não vai conseguir executar. Por isso é que é do poder discricionário, do Poder Executivo. A Deputada Celina e a Deputada Liliane Roriz podem criticar, mas o poder discricionário, de fazer alterações nesses créditos, é do Governador.

Nós podemos fazer alterações dentro dos nossos limites, que são as nossas emendas. E, aí, podemos fazer a alocação da maneira que achamos apropriada. Se V.Exa. decidir disponibilizar todos os recursos para Sobradinho I e II, poderá fazê-lo,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	30

e nem o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças nem a Câmara Legislativa nem o Governador irão alterar isso, porque é uma prerrogativa do Parlamentar.

Então, quando o Executivo faz um redirecionamento de dotações orçamentárias, que são alocações feitas por ele, na sua competência, cabe a nós, membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, apenas saber se esse redirecionamento está de acordo com o art. 64 da Lei Orgânica do Distrito Federal e verificar se isso está correto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e em conformidade com o orçamento anual. Poderemos criticar ou dar algumas sugestões, mas a prerrogativa desse remanejamento, especificamente, é do Governador. Portanto, quero fazer uma defesa não do Governador Agnelo, de "A", de "B" ou de "C", mas da boa técnica legislativa, que é o que fazemos na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Agaciel Maia, também tenho, por V.Exa., como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o mesmo respeito.

Hoje, pergunto se é importante tirar do orçamento o que é para a segurança pública e destinar à compra de imóveis. Fica aqui essa pergunta. Vou discutir isso com os meus colegas, com a minha bancada, a oposição, para saber se isso se faz necessário. Porque uma coisa é realocar; outra é saber se Brasília está precisando, se o povo de Brasília está precisando comprar imóveis. É essa a minha dúvida. E quero respostas.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Liliane Roriz, tenho um respeito muito grande por V.Exa. Quando V.Exa. traz alguma questão a este plenário, verifico-a imediatamente, para ver com quem está a razão.

Na verdade, o remanejamento que está sendo feito, Deputada, é no âmbito da segurança pública. Esse dinheiro de que V.Exa. está falando, já verifiquei aqui. Ele é destinado a equipamentos de informática para a Polícia Militar. O Governo do Distrito Federal está, dentro da Polícia Militar, trocando a compra de equipamentos de informática por imóveis da Polícia Militar do Distrito Federal. Portanto, é no âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal, não se está retirando recursos da segurança para colocar em outro ponto.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Na aquisição de imóveis.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2012	16h45min	65 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	31

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim, da Polícia Militar. Isso dentro do âmbito da segurança pública do Distrito Federal, dentro do mesmo órgão. Pelo respeito que tenho por V.Exa., V.Exa. merece esclarecimento. É dentro do mesmo órgão. Trata-se da Polícia Militar do Distrito Federal. Estou pedindo a nosso assessor que encaminhe amanhã a V.Exa. todas as notas explicativas com relação a isso, pelo respeito que temos por V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Não há mais *quorum* para continuarmos.

Agradeço a todos os presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h31min.)

**Ata lida e aprovada na 68<sup>a</sup> Sessão Ordinária, de 21/08/2012.**